



Resumo de Notícias

15/03/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Tragédia e farsa

Pode não parecer, mas os canais de rádio e televisão são concessões públicas. As emissoras não são donas desses veículos de comunicação. Elas apenas se servem do espectro eletromagnético, que é um bem do Estado, portanto, do povo brasileiro. Diz a Constituição Federal, no seu artigo 21: “ compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens” .

O que se tem visto por muitos anos, e teve o seu ápice no domingo 13/03, é uma mídia liderada pelo Sistema Globo fazendo o papel de partido político. A TV Globo não fez apenas a cobertura de um evento. Ela convocou e, deliberadamente, permaneceu incitando a população à participar de uma manifestação cujo principal objetivo é a derrubada de um governo legalmente instituído.

O Sistema Globo sempre esteve associado ao golpismo. Em 1954, em campanha sórdida contra Getúlio Vargas, chamava o governo de corrupto e pedia a sua derrubada. O final da história, sabemos todos. Vargas deu um tiro no coração e, com este gesto, adiou por 10 anos o golpe. O suicídio do presidente acordou a população que, revoltada, atacou veículos e sedes de empresas de comunicação, dentre elas dos jornais O Globo e Tribuna da Imprensa, este liderado por Carlos Lacerda, outro que dormia e acordava pensando no golpe.

Na eleição de 1955, mais uma tentativa de golpe fomentada pelas Organizações Globo. A eleição de Juscelino Kubitschek foi questionada pela UDN, partido da direita na época, sob a alegação de que ele

não havia obtido a maioria absoluta dos votos. Mas a regra não era essa, o general Henrique Lott garantiu a posse em 31 de janeiro de 1956 e a Globo perdeu mais uma vez.

Lamentavelmente, em 1964 a articulação de direita saiu vencedora. Quem deu apoio irrestrito? O Sistema Globo. Com o mesmo discurso de acabar com a corrupção foi estabelecida uma ditadura que durou 21 anos. O Sistema Globo recebeu seu prêmio pela participação decisiva no golpe. Em 1965 foi criada a TV Globo com o objetivo central de ser a porta-voz da ditadura militar.

Como afirma Karl Marx, a história se repete pela primeira vez como tragédia (a morte de Getúlio) e a segunda como farsa (a ditadura militar de 1964).

Hoje, vemos uma tentativa de aprofundar a farsa. Com a retórica de defender o moralismo e, mais uma vez, combater a corrupção, as Organizações Globo estão na linha de frente do verdadeiro projeto por trás desse discurso: entregar o pré-sal, acabar com a política de valorização do salário mínimo, acabar com os programas sociais que tiraram 40 milhões de brasileiro da linha da miséria nos últimos 13 anos. O golpe é contra a democracia, contra os direitos da classe trabalhadora e a favor da entrega do que ainda restou de estatais em nosso país.

O Instituto Telecom está ao lado de todos os democratas que defenderam e defendem a democracia. Estamos na campanha pela democratização da mídia e também na campanha Desliga a Globo que o Brasil melhora. Não ao golpe! A farsa não pode sair, mais uma vez, vitoriosa.



Resumo de Notícias

15/03/2016 - Instituto Telecom

Teles pedem que Anatel copie norma de restituição e compensação de tributos editada pela Receita Federal

A consulta pública da proposta de regulamento de Restituição e de Compensação das Receitas Administradas da Anatel foi encerrada na última sexta-feira, 11, com apenas 26 contribuições, a maioria de operadoras. Claro, Telefônica e TIM sugerem que a regra da agência seja semelhante a existente na Receita Federal do Brasil, que permite a compensação de valores pagos a mais em todos os tipos de tributos cobrados pela Anatel, ao contrário do que propõe o texto, que restringe aos da mesma espécie.

Para a operadora espanhola, "é a oportunidade de que a compensação seja efetuada entre todos os tributos e receitas administradas pela Anatel, independentemente de sua espécie ou destinação, inclusive aos créditos de contribuição ao Fistel (TFI e TFF)". A Claro, por sua vez, reivindica que na compensação, os débitos sofram a incidência de acréscimos legais, na forma da legislação de regência, até a data do deferimento do pedido por decisão definitiva, que deve ser dada no prazo máximo de 360 dias.

Outra sugestão das operadoras é para que o novo arcabouço seja construído em um ambiente eletrônico que tenha como princípio facilitar e agilizar o procedimento, tanto para o contribuinte quanto para essa agência, "como já é realidade para diversos procedimentos realizados pela Anatel e que facilitam a gestão documental, o registro e a celeridade do processo". Para a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, tendo em vista a ausência de impacto regulatório significativo e por não haver indício de impacto negativo à concorrência, não cabem recomendações à Anatel acerca da matéria.

A proposta fixa regras para o procedimento de requerimentos de restituição de receitas tributárias e não tributárias pagos indevidamente perante a Anatel, estabelecer diretrizes e critérios aplicáveis aos procedimentos de restituição e compensação de receitas administradas pela agência e de valores relativos a recursos arrecadados e repassados a outros entes da Administração Pública Federal.

15/03/2016 - Instituto Telecom

Aberta consulta pública da proposta de novas regras para o SeAC

A Anatel abre nesta segunda-feira, 14, a consulta pública sobre proposta de alteração do regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). O texto estabelece a obrigação de implantação de solução para acesso aos conteúdos de todas geradoras locais nos receptores de DTH (que pode ser a chamada caixa híbrida, que possibilita a recepção de todos os sinais no satélite). Esta obrigação valerá para os casos em que a operadora de TV por assinatura via satélite já leve sinais de outras geradoras locais concorrentes. Essa exigência passa a valer três anos após a digitalização da TV aberta até o limite de dezembro de 2021.

A proposta também trata dos casos de processos

por descumprimento de obrigações referentes às metas de homes-passed assumida pelas operadoras de TVs a cabo nos editais de licitação de 1998 a 2002, mas cujo cumprimento se mostrou inviável economicamente. A proposta em consulta é de que a prestadora do serviço de TV a cabo que adaptar-se ao SeAC poderá solicitar, por razões de inviabilidade técnica ou econômica, a não exigência de novo cronograma de implantação do sistema (home passed), permanecendo a possibilidade de ser sancionada pelo descumprimento ao compromisso originalmente assumido. O prazo de contribuição é de 90 dias.



Resumo de Notícias

15/03/2016 - Instituto Telecom

Justiça faz 1,5 mil pedidos de dados de clientes a operadoras por dia

Juizes, autoridades policiais e o Ministério Público fazem 1.533 pedidos de informações sobre clientes às operadoras por dia. O número equivale a 1,06 pedido por minuto. No mês, as operadoras recebem 46 mil solicitações para quebrar a privacidade dos usuários, com ordens que pedem da entrega de dados cadastrais a registros telefônicos e até interceptações de conversas.

Nem todas as demandas, no entanto, são atendidas. Eduardo Levy, presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil) explica que existe um rito descrito na lei 9.296/96. "Se o pedido não vier conforme esta lei, as operadoras respondem que não podem atender o pedido pois não segue as exigências legais", diz. Além disso, todo pedido feito passa a constar de um cadastro, em que ficam listadas as autoridades responsáveis pelo pedido e recebimento dos dados.

O volume, admite, é alto e exige investimentos volumosos. "Em 2015, as operadoras investiram R\$ 50 milhões em desenvolvimento de sistemas e ampliação de equipamentos para armazenar as informações exigidas", conta. Segundo o sindicato, o conjunto das teles que representa (Algar, Claro, Oi, TIM e Vivo) emprega 500 pessoas apenas para fazer a interface com a Justiça, 24 por dia.

Levy afirma que as operadoras não armazenam dados de mensagens ou conteúdo telefônico dos clientes. Mantêm, por cinco anos, um log com informações como origem e destino de chamadas, horários, pessoa cadastradas como dona da linha. Interceptação, só com ordem judicial. "Neste caso, a operadora estabelece um link direto com o setor da polícia que fará a escuta, e nenhum funcionário é capaz de ouvir as conversas", garante. Mais um investimento em tecnologia.

O SindiTelebrasil concorda com a impossibilidade técnica, inclusive para OTTs, de armazenar e se fornecer acesso a comunicações dos usuários, uma vez que as próprias teles não guardam tais conteúdos. No entanto, reclama da ausência de respostas à Justiça.

"Quem opera no Brasil responde a essa lei [9.296/96]. Ela diz, claramente, que rege o trabalho de quem opera no Brasil serviços de telecomunicações de qualquer natureza. Se a autoridade pedir uma informação para qualquer serviço prestado no Brasil, qualquer um tem que dar, não tem jeito", frisa o executivo.

Levy afirma, ainda, que o Marco Civil amplia as obrigações sobre a guarda de dados de usuários de serviços digitais. "Com o WhatsApp, você pode ter as duas coisas, a comunicação de dados e a telefônica", diz, ressaltando que o aplicativo deve atender às exigências da legislação brasileira.

"Ninguém ouviu falar nos últimos anos de operadora que não tenha entregue as informações pedidas à Justiça brasileira. Porque se deixássemos de fazer, nossos principais executivos poderiam ir presos. E não temos também casos opostos, de vazamento de dados das pessoas porque também por isso os executivos poderiam ir presos. O sistema de operadoras do Brasil cumprem no dia a dia com volume de pessoas e investimentos. Só nós temos mais pessoas cuidando desses assuntos do que o WhatsApp tem de funcionários no mundo", resume.

OTTs

Há duas semanas, a prisão do vice-presidente do Facebook para a América Latina, Diego Dzodan, levantou o debate sobre os limites dos pedidos judiciais e as responsabilidades das fornecedoras de serviços over-the-top, como Facebook, WhatsApp, Google, Microsoft, entre outras. Todas essas empresas oferecem serviços de comunicação por texto, voz ou vídeo. Dzodan foi solto no dia seguinte.

No caso da prisão do de Diego Dzodan, o VP da rede social, o juiz que julgava um caso de tráfico de drogas exigia as comunicações de certos usuários do WhatsApp, que não tem sede no Brasil, apesar de o serviço funcionar por aqui. Assim, acionou o Facebook, empresa controladora do WhatsApp, e esta sim, com representação no país.

Leia mais em:

<http://www.institutotelecom.com.br/justica-faz-15-mil-pedidos-de-dados-de-clientes-a-operadoras-por-dia/>



Resumo de Notícias

Ebitda da Algar Telecom cresce 18% e atinge R\$ 641,8 milhões em 2015

Em TV por assinatura houve o único encolhimento de negócio. O segmento encerrou o ano de 2015 com 107 mil usuários, um decréscimo de 12,5% se comparado a 2014. Essa queda é decorrente das iniciativas de limpeza de base e melhoria da qualidade das vendas.

A Algar Telecom divulgou hoje, 15 de março, o balanço financeiro da empresa para 2015. A companhia registrou avanço de 18% no EBITDA (lucro antes de juros, depreciações e amortizações) em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 641,8 mi-

lhões. A margem EBITDA consolidada foi de 24% em 2014 para 27% em 2015. O crescimento consolidado da receita bruta foi de 8,5%, alcançando R\$ 3,1 bilhões.

“O atual cenário do país apresenta novos desafios, mas também novas e muitas oportunidades. Seguiremos com as nossas metas no negócio de Telecom: manutenção e proteção da base de clientes do segmento varejo, expansão do segmento corporativo e a melhoria da eficiência operacional”, afirma o presidente da Algar Telecom, Jean Carlos Borges.

Durante 2015 a companhia ampliou sua área de cobertura no mercado corporativo. O atendimento em mais cidades impulsionou crescimento da receita, com incremento de 14% nas soluções de telecom para este tipo de cliente. A compra da empresa Optitel permitiu acelerar a expansão dos serviços de telecom para o Sul do país. O investimento representou o acesso a uma rede de fibra ótica de 9,5 mil quilômetros, instalada em uma área que abrange 237 cidades nos estados do PR, SC e RS.

No segmento de varejo, houve a ampliação da oferta de ultra banda larga, que possibilita conexões de internet a partir de 10 MB, podendo atingir até 200 MB. O ano de 2015 encerrou com o serviço disponível em 10 cidades de MG e SP. A empresa também teve crescimento de 9,8% no número de acessos de banda larga fixa, fruto da expansão e modernização das redes. 32 % da base de clientes já conta com ultra velocidades (acima 10 Mbps).



No negócio Soluções Integradas de TIC e BPO, com a subsidiária Algar Tech, houve crescimento de 8% na receita bruta do negócio.

Ao final de 2016, a rede celular 3G alcançará a cobertura de 100% da área urbana dos 87 municípios onde são

disponibilizados serviços e produtos celular. Avanços no projeto de construção do cabo submarino, saindo de Santos (SP) e chegando a Boca Raton (EUA). Em 2015, iniciou-se a fabricação do cabo e em 2016 ele começará a ser lançado ao mar. Esperamos realizar ainda em 2016 os primeiros testes para entrada em operação em 2017;

Resultados financeiros

A receita bruta consolidada da Algar aumentou em 8,5% em relação a 2014, somando R\$ 3,1 bilhões. Deste valor, 72% foi resultado do negócio telecom e 28% do negócio Soluções Integradas de TIC e BPO.

O negócio de telecomunicações registrou R\$ 2,229 bilhões de receita bruta, acréscimo de 8,8% ao montante auferido em 2014. Os maiores destaques do período foram o aumento de 14,2% nas receitas de serviços de dados para o mercado corporativo e de 17,7% nas receitas de voz e dados móveis.

As soluções integradas de TIC e BPO tiveram receita bruta 7,8% superior à registrada no ano anterior, atingindo R\$ 862,9 milhões em 2015, ante R\$ 800,7 milhões em 2014. Essa performance é explicada tanto pela conquista de novos clientes quanto pelo aumento de escopo dos contratos vigentes. Ao final de 2015 as receitas de TI já representavam 52% da receita total desse negócio.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/ebitda-da-algar-telecom-cresce-18-e-atinge-r-6418-milhoes-em-2015/>



Resumo de Notícias

15/03/2016 - Vermelho

Mulher negra ganha menos de 40% que homem branco

Pesquisa do IPEA mostra que discussão sobre reforma da previdência não pode desconsiderar desigualdades históricas de gênero e raça.

No momento em que as vozes mais conservadoras da sociedade propõem mudar as regras da Previdência e igualar a idade mínima de aposentadoria de homens e mulheres em 65 anos, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), encomendada pelo Ministério do Trabalho e Previdência, joga luz sobre a agenda.

Apesar do aumento da renda verificado na última década e da diminuição da desigualdade - as mulheres, especialmente as negras - prosseguem com acesso pior do que os homens ao acesso do trabalho, salários menores, responsabilidade quase total pelo trabalho doméstico não remunerado e menos proteção previdenciária.

O estudo lembra que, nos últimos 40 anos, ocorreu o que especialistas chamam de feminização do mercado de trabalho, já que em 1970 apenas 18,5% das mulheres conseguiam acessá-lo e em 2010 esse percentual já batia quase a casa dos 50%. Entretanto, mostrou também que este crescimento estagnou. A taxa atingiu seu ápice em 2005 (59%), para depois cair em 2011 (56%). "A pesquisa aponta para esgotamento da feminização do mundo do trabalho e é imprescindível discutirmos as razões desse fenômeno", disse a pesquisadora do IPEA Luana Simões Pinheiro, uma das responsáveis pelo estudo.

De acordo com ela, em 2014, a taxa de inatividade das mulheres negras era de 10,2%, enquanto a de homens brancos era de 4,5%. Ou seja, os homens brancos, no topo da pirâmide social, tinham mais do que o dobro do acesso ao mundo do trabalho do que as mulheres negras, na base. Além disso, as desigualdade ainda abundam. "As mulheres - especialmente as negras - estão mais suscetíveis ao desemprego em conjunturas adversas. Dez em cada 100 mulheres negras estão desempregadas enquanto isso só ocorre com dois de cada cem homens brancos", destacou a

pesquisadora.

Quem são as inativas?

O estudo também traçou o perfil das mulheres que não conseguem acessar o mercado de trabalho e, apesar da insuficiência dos dados disponibilizados pelo IBGE, encontrou pistas importantes sobre quem são elas: mais jovens que os homens (em média 52 anos, contra 64 dos homens inativos), mais escolarizadas, vivem em companhia de cônjuges ou companheiros, tem mais filhos do que os homens inativos e filhos mais jovens do que os deles " Isso demonstra que a responsabilidade pelos cuidados - que é quase exclusiva das mulheres - ainda limita a entrada delas no mercado de trabalho", afirmou.

A pesquisadora destacou também que, quando as mulheres conseguem romper as barreiras e entrar no mercado, ficam com os empregos mais precários. Pelo estudo, quatro em cada dez mulheres negras inseridas no mercado trabalham em condições precárias: ou trabalham sem carteira assinada ou recebem uma remuneração muito baixa, inferior a dois salários mínimos. No caso dos homens, a proporção é de dois para cada dez.

O estudo mostrou que houve uma diminuição significativa na precarização do trabalho na última década, mas também registrou que não há redução na distância entre os grupos. O aumento de renda para a população em geral foi de 50% de 2004 a 2014. O salário médio passou de R\$ 1 mil para R\$ 1,6 mil. E quem teve mais aumento foram os que menos ganhavam. Com crescimento proporcionalmente maior para as mulheres (61%) do que para os homens (44%). Mas homens e mulheres, negros e brancos, continuam distantes uns dos outros.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/277651-2>

Resumo de Notícias

Contra o golpe, várias cidades já estão mobilizadas para sexta-feira



Na próxima sexta-feira (18), a Frente Brasil Popular, organização que reúne dezenas de entidades do movimento social, lideranças políticas e a sociedade civil organizada, realizará grandes manifestações nas principais cidades do país, contra as ameaças da direita em promover um golpe, em defesa da democracia e contra o impeachment da presidenta Dilma.

Confira abaixo o calendário das manifestações:

Rio de Janeiro- RJ

Local: Praça XV

Horário: 16h

São Paulo- SP

Local: MASP

Horário: 16h

Goiânia- GO

Faculdade de Direito da UFG

Horário: 16h

Porto Velho- RO

Local: SEEB - Bancarios

Rua Gonçalves Dias 110 Centro.

Horário: 15 horas

Natal- RN

Local: Midway

Às 15 horas

Ji-Parana- RO

Local: Praça Matriz

Horário: 15h

Curitiba- PR

Local: Praça Santos Andrade

Horário: 18h

Foz do Iguaçu- PR

Local: Praça da Bíblia

Horário: 17h

Rio Branco- AC

Local: Praça da Revolução

Horário: às 17h

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/277661-8>



Resumo de Notícias

15/03/2016 - CUT

Educadores de todo o Brasil contra a perda de direitos

CNTE exige cumprimento imediato da Lei do Piso para professores

Começou nesta terça (15) e segue até quinta-feira (17) a paralisação nacional convocada pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE). Dos 50 sindicatos filiados à entidade, 39 sindicatos divulgaram a agenda para exigir o cumprimento

da lei do Piso e se mobilizarem, contra a terceirização, a entrega das escolas às Organizações Sociais (OSs), o parcelamento de salários, a militarização de escolas públicas e a reorganização das escolas, e também contra a tentativa de golpe institucional com o objetivo de derrubar um governo eleito nas urnas sem quaisquer provas materiais contra a presidenta Dilma.

Para a secretária geral da CNTE, Marta Vanelli, este ano começou atípico, onde a situação política instalada no País reflete de maneira significativa na crise econômica. "Sabemos que os estados e municípios que arrecadam menos recursos têm mais dificuldade para o pagamento do reajuste do piso. Além disso, é o ano de eleições municipais. Até dia 2 de abril é o prazo para que se aprove a lei e ela seja sancionada pelo prefeito, concedendo o reajuste para os servidores públicos municipais. Por este motivo esta greve é muito importante, para pressionar os governos estaduais e municipais a pagarem o reajuste. Apesar de falarem que tem uma crise financeira, nós temos acompanha-

do que os recursos para a educação não têm diminuído, portanto há condições para o pagamento dos 11,36%".

O presidente da CNTE, Roberto Leão, explica a importância de os trabalhadores em educação fazerem o que for necessário para que

seus direitos sejam cumpridos: "Só com a luta forte, decidida e determinada conseguiremos reverter situações tão difíceis como essa que estamos vivendo neste momento. A greve nacional da educação apresenta-se como contraponto da comunidade escolar, em especial dos sindicatos de trabalhadores da educação, sobre esses temas de grande prejuízo para a sociedade e para a escola pública, gratuita, universal, laica, "civil", democrática e de qualidade socialmente referenciada. Vamos ocupar praças, ruas, avenidas, fazendo atos, aulas públicas, conferências gerais com a população, para defender a escola pública brasileira que atravessa um momento difícil" enfatiza Leão.

Em nível estadual, distrital e municipal, cada sindicato filiado à CNTE debaterá sua pauta de reivindicação com os gestores e a sociedade, a fim de envolver a todos no compromisso público de valorizar a escola pública e seus profissionais.

Veja a reportagem da TV CNTE:

<http://www.cut.org.br/noticias/educadores-de-todo-o-brasil-param-contra-a-perda-de-direitos-ae74/>





Resumo de Notícias

14/03/2016 - Brasil de Fato

Em dia de luta internacional, mulheres relatam os impactos das barragens em suas regiões

O modelo, segundo especialistas, é responsável por gerar problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais para diversas comunidades pelo mundo



Vilma é uma das afetadas pelo desastre em Mariana (MG) | Fotos: André Vieira

O Brasil tem 663 barragens de contenção de mineração e 295 barragens de resíduos industriais, segundo levantamento divulgado ano passado pelo engenheiro Ricardo Oliveira, um dos maiores pesquisadores do assunto. Este modelo, apontam especialistas, é responsável por gerar problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais para diversas comunidades.

Nesta segunda-feira (14), Dia Internacional de Luta contra as Barragens, o Brasil de Fato conversou com atingidas por barragens, que relataram os impactos dos empreendimentos em suas regiões.

Samarco

Nascida na cidade de Rio Doce, em Minas Gerais, Vilma Aparecida de Castro Gonzaga, aos 50 anos de idade presenciou o momento considerado por ela o pior de sua vida: a destruição do rio Doce após o estouro de uma barragem. Casada, acompanhou todo o processo de chegada dos empreendimentos e a transformação de seu lugar. A barragem que destruiu

seu lugar, a de Fundão, foi construída em 2008 e era administrada pela mineradora Samarco, uma joint venture entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton.

Isso que aconteceu acabou com tudo. Matou o rio, matou os peixes e isso vai fazer com que as pessoas também morram porque elas não vão ter como trabalhar ou o que comer", lamenta dona Vilma ao falar da tragédia ambiental da Samarco.

"De lá, ela e sua família tiravam o sustento para sobreviver. Quando questionada sobre o seu sonho para as comunidades, a ribeirinha logo responde. "Gostaria que fosse do mesmo jeito que era, o nosso rio limpinho, onde a gente pudesse pescar porque hoje em dia não dá mais", completa.

Ribeira

Todas as gerações estão preocupadas com os impactos que a construção de uma barragem pode causar. Carla Galvão, hoje com 20 anos, ainda nem era nascida quando os moradores de Roteiro, no interior de São Paulo, começaram a mobilização para barrar a construção de barragens em sua região. Em seu caso, a luta por dignidade aos moradores do lugar vem de família. "Eu moro na região do Vale do Ribeira e há 30 anos lutamos contra as quatro barragens que querem construir por lá", conta a jovem.

Ali, quilombolas e ribeirinhos questionam a forma como os projetos são implantados. "Somos contra isso primeiro porque não temos nem a possibilidade de dizer não ao projeto. Não somos nunca consultados. Preservamos o meio ambiente durante todo o tempo e depois vem um grande empreendimento para destruir tudo", questiona.

Leia mais em:

<http://www.brasildefato.com.br/node/34431>

14/03/2016 - Rede Brasil Atual

Casal leva empregada a protesto e expõe parte da motivação contra o governo Dilma

A família e a empregada "em seu lugar". Imagem foi um dos destaques nas redes em dia de protestos da direita



Entre as muitas imagens das manifestações deste domingo (13), cujos motes principais foram "contra a corrupção", "fora Dilma" e "fora PT", uma viralizou nas redes sociais como simbólica da resistência de uma parcela da população às políticas sociais que são marcas dos governos petistas – e deixam muitos setores da direita insatisfeitos. A imagem, registrada num bairro da zona sul carioca, mostra um casal vestido a caráter para participar da manifestação acompanhado de seus dois filhos bebês, ambos em carrinhos empurrados por uma mulher negra usando um uniforme de doméstica.

Nas redes, a foto inspirou muitos "memes" remetendo aos tempos da escravidão, ao reconhecimento dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos etc.

Segundo o jornalista e blogueiro Renato Rovai, o personagem da foto é Cláudio Pracownik, vice-diretor de Finanças do Flamengo. Ele também é sócio diretor do Banco Brasil Plural.

Ainda segundo Rovai, antes disso Pracownik foi membro do Conselho de Administração da Terra

Brasis Resseguros, sócio e diretor executivo da Ágora Corretora e do Banco Pactual, além de vice-presidente financeiro das empresas Brasif e diretor de Operações do Banco Santander Brasil, Banco Bozano-Simonsen e Banco Meridional.

A Brasif é a empresa que, segundo Mirian Dutra, a jornalista que teve um relacionamento amoroso com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, lhe pagou durante quatro anos US\$ 3 mil por mês para ficar "exilada" na Espanha. Mirian diz que durante aquele período não trabalhou para a empresa.

A Brasif também é a empresa que teve todos os documentos queimados num incêndio em Contagem (MG), há três dias antes do primeiro turno da eleição de 2014.

Ao notar a repercussão que a foto alcançou, Cláudio postou uma resposta em seu perfil no Facebook, na qual usa as relações de trabalho para justificar seu "direito".

"Ganho meu dinheiro honestamente, meus bens estão em meu nome, não recebi presentes de construtoras, pago impostos (não, propinas), emprego centenas de pessoas no meu trabalho e na minha casa, mais 04 (sic) funcionários. Todos recebem em dia. Todos têm carteira assinada e para todos eu pago seus direitos sociais", escreveu.

Disse ainda que "a babá da foto só trabalha aos finais de semana e recebe a mais por isto. Na manifestação ela está usando sua roupa de trabalho e, com dignidade, ganhando seu dinheiro."

E expôs seu entendimento para explicar que sua relação com a doméstica não remete, nem tem analogia com a escravidão. "A profissão dela é regulamentada. Trata-se de uma ótima funcionária de quem, a propósito, gostamos muito. Ela é, no entanto, livre para pedir demissão se achar que prefere outra ocupação ou empregador."